



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE LICITAÇÕES

Licitação Nº 01/2011

(Processo Administrativo Nº 038789/2011)

1 – PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na sala de aula nº **105**, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada EMERJ, localizada na Av. Professor Pereira Reis, 119, Santo Cristo – Rio de Janeiro-RJ, será realizada no dia **18 de maio de 2011**, a licitação nº **01**, às **11h**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **menor preço por item**, visando à compra de **diversos tipos de material de consumo de informática**, para atender à solicitação da Divisão de Material da EMERJ, de acordo com o que determinam a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - A proposta de preços e os documentos de habilitação serão colocados em 2 (dois) envelopes fechados e distintos, com identificação externa do seu conteúdo e devem ser **ENTREGUES** e **PROTOCOLADOS** no Serviço de Licitações da EMERJ, doravante designado SELIC, localizado na Avenida Erasmo Braga, 115 - 4º andar - Centro- Rio de Janeiro RJ., até às 10h da data acima designada. Os envelopes serão **ABERTOS** em sessão pública, às 11h, observado o devido procedimento legal.

1.2.1 - Nos envelopes de Proposta e de Habilitação deverão constar na parte externa os seguintes dizeres:

1.2.1.1- No envelope "A" contendo a Proposta Comercial:

PREGÃO Nº 01/2011
ENVELOPE “A” - “PROPOSTA COMERCIAL”
RAZÃO SOCIAL

1.2.1.2 - No envelope "B" contendo a Documentação:

PREGÃO Nº 01/2011
ENVELOPE “B” - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL

1.2.2 - No momento do credenciamento deverão ser apresentados, **FORA DOS ENVELOPES** "A" e "B", os seguintes documentos:

- a) certidão (subitem 4.1.1);
- b) procuração/credenciamento - Anexo IV (subitem 5.1.1);
- c) declaração de habilitação - Anexo III (subitem 5.1.2);

- d) declaração de não incidência de vedações – LC 123/06 - Anexo V (subitem 5.1.3);
- e) declaração de não impedimento - Anexo VII (subitem 5.1.4).

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

- I - termo de referência;
- II - formulário padronizado de proposta de preços;
- III - modelo de declaração de habilitação (subitem 5.1.2);
- IV - modelo sugestivo de carta de credenciamento (subitem 5.1.1);
- V - modelo de declaração de não incidência de vedações (subitem 5.1.3);
- VI - modelo de declaração de que não emprega menor (subitem 7.4);
- VII - modelo de declaração de não impedimento (subitem 5.1.4).

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra de **diversos tipos de material de consumo de informática (CDR, CARTUCHO, TONER, FILTRO DE LINHA, DVD+R, DVD-RW, DVR-R, ESTOJO PARA DVD SIMPLES), conforme especificado no termo de referência (ANEXO I).**

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa nº 339030, Programa de Trabalho nº 03620206101422296, do orçamento da EMERJ.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Praça Quinze de Novembro nº 2 - Térreo - Sala T - 05 - Centro Rio de Janeiro - RJ.

4.1.1 - Para aplicação dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar, **no momento do credenciamento**, certidão expedida, conforme o caso, pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC. 123/06 e art. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, que demonstre esta condição, caso não conste no respectivo ato constitutivo a referida condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - As Sociedades Empresárias participantes poderão ser representadas na sessão pública por seu representante legal, mediante apresentação de:

5.1.1– Cédula de identidade - RG (original e cópia), prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), documento do registro do licitante ou de seu ato constitutivo que comprove a capacidade do sócio ou do outorgante da procuração/**credenciamento**, onde deverão

constar **poderes expressos para a formulação de propostas em lances verbais, para a interposição de recursos, bem como para os demais atos inerentes ao certame**, conforme modelo sugestivo (Anexo IV).

5.1.1.1 - Documento do registro do licitante ou de seu ato constitutivo, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedade empresária, registro do ato constitutivo (contrato social ou estatuto), no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) onde atua, com averbação na Junta Comercial onde tem sede a matriz;

a.2) Em se tratando de sociedade empresária individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial);

b) Em se tratando de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada da ata da assembléia de eleição da diretoria em exercício; e

b.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, a inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde atua, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

c) Em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2 - Declaração de que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação desta licitação. (Anexo III).

5.1.3 – Declaração de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06 (Anexo V), no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.1.4 - Declaração de que não há fato que o impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública em geral. (Anexo VII).

5.2 - Cada credenciado poderá representar um único licitante.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta de preço que o licitante preencherá e inserirá no ENVELOPE 'A', fechado, que deverá ser apresentado de acordo com o subitem 1.2.1.1.

6.2 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

a) dados cadastrais;

b) assinatura do representante legal;

c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos de habilitação;

e) indicação do Banco, do número da conta-corrente e da agência que deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;

- f)** indicação do nome, nº de identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) de seu representante, com poderes expressos para firmar o termo de contrato e/ou instrumento equivalente referido no item 10 deste edital;
- g)** facultativamente, o endereço eletrônico.

6.3 – O formulário de proposta de preços disponível no Anexo II poderá ser impresso e preenchido datilograficamente ou à caneta pelo licitante.

6.3.1 – A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.4 – Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.5 - A proposta deverá conter indicação expressa da marca e/ou modelo para todos os itens dos materiais que cotar, com estrita observância ao Termo de Referência (Anexo I).

6.6 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 – Os documentos de habilitação indicados nos subitens 7.2 ao 7.6, inclusive os indicados no subitem 5.1.1.1, poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ.

7.1.1 - Os documentos a serem autenticados por servidor da EMERJ, a critério do licitante, poderão ser apresentados até o dia anterior ao da sessão (cópias/originais) no SELIC, localizado na Av. Professor Pereira Reis, 119, 4º andar – Santo Cristo – Rio de Janeiro – RJ.

7.1.2 - Caso o licitante não seja credenciado, deverá também apresentar os documentos do subitem 5.1.1.1 (registro do licitante/ato constitutivo), de acordo com os subitens 7.1 e 7.1.1.

7.2 – Quanto à **regularidade fiscal**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao estabelecimento licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contratual;

b) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitidas pelos órgãos arrecadadores:

b.1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;

b.2) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se

estende aos demais Estados onde haja tal vinculação, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

c) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante (INSS);

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.3 – Quanto à **qualificação econômico-financeira**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

a) certidão(ões) negativa (s) de recuperação judicial - Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

a.1) A(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionando o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial, exceto nos casos em que o Distribuidor seja único.

7.4 – No presente pregão, cada licitante deve apresentar declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que versa sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, **ou** as certidões de ilícitos e infrações trabalhistas do Ministério do Trabalho, demonstrando regularidade com a legislação de proteção à criança e ao adolescente, nos termos do inciso V, art. 27, da Lei Federal 8.666/93.

7.5 – Na comprovação da **regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte**, se necessário, serão observados os termos do art. 43 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/06.

7.6 – O Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – RC/TJ e os documentos ali elencados, desde que estejam em seu prazo de validade, substituem as exigências contidas nos subitens 7 deste edital.

7.7 – O pregoeiro poderá verificar, se necessário, a regularidade dos documentos trazidos pelo licitante ao certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

7.8 – Os documentos de habilitação contidos nos envelopes que forem abertos na Sessão, pelo Pregoeiro, ficarão retidos nos autos.

7.9 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los em até **5 (cinco) dias** após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

7.10 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ idêntico para todos os documentos. Se o licitante for participar com a documentação da matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, respeitada a norma do subitem 7.2, alínea 'c' (INSS).

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Iniciada a sessão pública, e encerrado o procedimento de credenciamento, o pregoeiro procederá à abertura do ENVELOPE "A" – Proposta Comercial, à verificação de conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.1.1 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.1.2 - Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo Pregoeiro.

8.2 - Em seguida, o pregoeiro desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital e as propostas aceitas serão ordenadas em sequência, crescente, do licitante autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, formando assim a classificação provisória, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro formará a classificação provisória com as três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.4 - As propostas escritas classificadas são ordenadas em sequência crescente dos preços cotados, para definição da ordem de apresentação de lances verbais. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar novos lances verbais e sucessivos, a começar pelo licitante autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação do vencedor.

8.6.1 - O licitante poderá ofertar preço menor que o seu próprio, sempre diferente dos existentes, mesmo que maior que o menor preço ofertado naquele lance. Este novo lance apresentado será fixado para efeito de ordenação de proposta. Neste caso, o licitante fica impedido de ofertar novos lances, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate ficto previsto no subitem 8.11.

8.7 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, impede o licitante de oferecer novos lances, fixando-se o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas, salvo quando microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate previsto no subitem 8.11.

8.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas conforme os respectivos lances finais, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor que consta no Termo de Referência (ANEXO I), desclassificando-se a proposta, cuja cotação o exceda, ou seja, manifestamente, inexequível.

8.10 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço por item**, observados os prazos máximos para o fornecimento do material, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.10.1 - Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço máximo por item, na fase de lances verbais, cujo valor é o do termo de referência (Anexo I), desclassificando-se a(s) proposta(s) que o excedam ou sejam manifestamente inexequíveis.

8.11– Será assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte que apresentarem propostas iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, configurando assim o empate ficto, como critério de desempate, o seguinte procedimento:

8.11.1 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.11, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro apresentará melhor oferta;

8.11.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será declarada vencedora;

8.11.3 – Não ocorrendo proposta inferior na forma do subitem 8.11.2, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.11, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.11.4 – Não havendo vencedor nos termos previstos no subitem 8.11, o Pregoeiro passará a examinar a aceitabilidade da proposta originalmente vencedora;

8.11.5 - O disposto no subitem 8.11 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.12 - Aceita a proposta, será aberto o ENVELOPE "B" - Documentos de Habilitação, do licitante vencedor para confirmação das suas condições de habilitação;

8.12.1 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição;

8.12.2 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o pregoeiro deverá declarar o (s) licitante (s) vencedor (es).

8.12.3 - Caso o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

8.13 - No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação e apresentação da certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, podendo tal prazo ser prorrogado por idêntico período, a critério do Pregoeiro.

8.13.1 - A não comprovação de regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.13, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

8.14 - Nas hipóteses dos subitens 8.11.3 e 8.12.3, o Pregoeiro realizará o procedimento na mesma sessão pública ou, se necessário, em outra data. Ele notificará aos participantes com registro em ata, ou conforme o caso, por e-mail, via fax, pelo site da EMERJ ou pelo Diário da Justiça Eletrônica do Estado do Rio de Janeiro.

8.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante, objetivando proposta mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

8.16 - Declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer; não havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

9 - DO RECURSO

9.1 - Declarado o vencedor de cada item do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, **desde que munido de procuração ou de carta de credenciamento com poderes específicos para tal**, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

9.3. - No caso de a Administração vir a convocar para contratar os licitantes remanescentes, o pregoeiro retomará o procedimento em sessão pública, na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de sua classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor. Será dado aos licitantes presentes o direito de recorrer apenas quanto à habilitação do novo vencedor e ao novo melhor preço, se oferecido, com base no Inciso XXIII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, conforme subitem 10.2.1 do edital.

10.2. – Caso o adjudicatário não tenha informado na Proposta Comercial os números da sua conta-corrente e agência, este deverá informar à DIFIN - Divisão de Finanças da EMERJ, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por fax - (021) **2262-9844**, a contar da adjudicação do objeto pelo pregoeiro.

10.2.1 – O adjudicatário receberá do SELIC, após publicação da homologação da licitação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, cópia da NAD e/ou EMPENHO, via fax, **devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento** e/ou comparecer ao SELIC para retirá-la, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da confirmação de recebimento do fax.

10.3 – O fato de o adjudicatário convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não atender ao descrito no subitem 10.2.1, importará em não celebrar o contrato e, independentemente de sua sujeição às sanções do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, autoriza o pregoeiro a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.4 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão à DIMAT - Divisão de Material da EMERJ, a qual o contratado deverá apresentar-se imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

10.5 – Além do que consta no termo de referência (Anexo I), a Administração poderá obrigar o contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto do contrato se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.6 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

10.7 – O prazo de entrega única dos materiais é de até 10 (dez) dias úteis contados da confirmação do recebimento da NAD e/ou EMPENHO, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.8– A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no termo de referência.

10.9– A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.10 – O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.11 – O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

11.1 - O material deverá ser entregue, de uma só vez, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, a contar da confirmação do recebimento da NAD e/ou EMPENHO, **na Divisão de Material da EMERJ, localizada na Av. Professor Pereira Reis, 119 - 4º andar - Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ.**

11.2 - O contratado deverá avisar, **obrigatoriamente**, sobre a data de entrega do material com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, pelo telefone **(21) 2220-0606**.

11.2.1 - É de inteira responsabilidade do contratado, no momento da entrega, o descarregamento da mercadoria no local determinado pela Divisão de Material, consoante agendamento pelos telefone indicado no subitem 11.2.

11.3 - O material será objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4 - O material será objeto de recebimento definitivo em até **90 (noventa) dias**, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, "b", da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5 - O contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o recebimento previsto no subitem 11.3 não importará sua aceitação.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 – Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e bem como às demais cominações legais.

12.2 - Ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei Estadual nº 287/79, art. 226, Decreto 3149/80, art. 87);

b.1) multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso na execução, por culpa do contratado, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade de multa poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 - A penalidade de multa não tem natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do contratado por danos causados ao contratante.

12.5 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha o contratado em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s), desde que cumprida a obrigação a que se referir a fatura/nota fiscal emitida pelo estabelecimento contratado, no novo molde, no sistema de impressão eletrônica, conforme Ajuste SINIEF 07/05, será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15

(quinze) dias, mediante crédito em conta corrente informada pelo contratado, conforme o disposto no subitem 6.2 "e". A fatura/nota fiscal deverá ser atestada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

13.1.1 - Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, as certidões de regularidade do INSS e do FGTS.

13.2 – Caso se faça necessária a retificação da nota fiscal/fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da fatura isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1 deste edital.

13.5 - Ocorrendo antecipação do pagamento, sempre em correspondência à antecipação da entrega do bem, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado o respectivo desconto aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

14 - DAS INFORMAÇÕES

14.1 – O SELIC prestará as informações que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, na Av. Professor Pereira Reis, 119, Santo Cristo – Rio de Janeiro – RJ., pelo telefax (21)3636-3133 ou pelo e-mail: emerjselic@tjrj.jus.br.

14.2 - Os editais estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico www.emerj.tjrj.jus.br ('link Licitações').

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública em geral; (b) declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - No caso de suspensão de sessão, o Pregoeiro poderá divulgar a data de prosseguimento na própria sessão e no site da EMERJ - www.emerj.tjrj.jus.br (link "Licitações").

15.4 - Impugnações e/ou pedidos de esclarecimento de natureza técnica, referentes a este edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, apresentados por escrito em papel timbrado, devidamente assinados e protocolados no SELIC, na Av. Professor Pereira Reis, 119, Santo Cristo – Rio de Janeiro-RJ ou encaminhados via e-mail, arquivo em PDF, com a devida assinatura eletrônica, para o

endereço eletrônico emerjselic@tjrj.jus.br até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste edital e serão respondidos a todos os interessados, via-e-mail, via fax ou na sessão inaugural.

15.4.1 – As **impugnações** referentes a este edital encaminhadas ao SELIC deverão vir acompanhadas de cópia autenticada do ato constitutivo, apresentado de acordo com o subitem 5.1.1.1 que comprove a **legitimidade de poderes** do solicitante para se manifestar e serão respondidas conforme subitem 15.4.

15.5 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5.1 - A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64 § 3º da Lei Federal nº 8666/93.

15.6 - Comunicações referentes a este certame serão publicadas, conforme o caso, no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, **14 de abril de 2011**.

Maria de Fátima Pinto Santos
Diretora do Departamento de Administração
Matr.:10/90815

Aprovo o Edital.

14 de abril de 2011
Rosana Rodrigues Almeida
(Pregoeiro(a))

| | | |
|--|---|--|
| <p align="center">MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO</p> | | |
| <p align="center">ANEXO III</p> | | |
| <p align="center">DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DEADM</p> | <p align="center">SERVIÇO DE LICITAÇÕES SELIC</p> | <p align="center">LICITAÇÃO Nº ____/____</p> |

D E C L A R A Ç Ã O
(EM PAPEL TIMBRADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA)

.....(razão social), com sede na
(endereço), inscrita no CNPJ/MF sob o número
vem através de seu representante legal infra-assinado, em
 atenção ao disposto no art. 4ª, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os
 requisitos exigidos para a habilitação na licitação, mediante pregão, de nº 005/2009 ,da Escola da
 Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar
 com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Em, de de

.....
 (assinatura do representante legal do licitante)

| | | |
|--|--------------------------------|---------------------------|
| MODELO DE CREDENCIAMENTO | | |
| ANEXO IV | | |
| DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DEADM | SERVIÇO DE LICITAÇÕES SELIC | LICITAÇÃO Nº ____/____ |

C R E D E N C I A M E N T O
(EM PAPEL TIMBRADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA)

Rio de Janeiro, de de .

Prezado(a) Senhor(a),

Pela presente, fica credenciado o Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....,expedida pelo,para representar a empresa....., inscrita no CNPJ sob nº, nos autos referentes à licitação em epígrafe, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular lances verbais, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recursos, manifestar-se quanto à sua desistência destes e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Atenciosamente,

.....


(Nome da empresa)

Nome:

C.I. nº:

CPF nº:

Cargo:

| | |
|---|---|
|  | MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR |
|---|---|

| | | | |
|--|--|--------------------------------|---------------------------|
| | ANEXO VI | | |
| | DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DEADM | SERVIÇO DE LICITAÇÕES SELIC | LICITAÇÃO Nº ____/____ |

D E C L A R A Ç Ã O
(EM PAPEL TIMBRADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA)

(Razão Social).....inscrita no
CNPJ nº....., por seu representante legal, Sr(a)....., portador(a) da
Carteira de Identidade, RG nº.....CPF nº, DECLARA, para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Caso empregue menor na qualidade de aprendiz, marque com X.

() Salvo na qualidade de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

.....
(assinatura do representante legal do licitante)

| | | |
|---|---|--|
| <p align="center">MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP</p> <p align="center">ANEXO V</p> | | |
| <p align="center">DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DEADM</p> | <p align="center">SERVIÇO DE LICITAÇÕES SELIC</p> | <p align="center">LICITAÇÃO Nº /2010</p> |

D E C L A R A Ç Ã O
(EM PAPEL TIMBRADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA)


.....(razão social do licitante) com endereço na....., inscrita no CNPJ/MF sob o número.....vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/03, **declarar que cumpre os requisitos legais que assim o classifica consoante referido no Decreto federal nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, art. 11, e que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, abaixo transcritas:**

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

“§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

Em, de de .
CARIMBO E ASSINATURA LEGÍVEL DO REPRESENTANTE LEGAL

| | | | |
|---|---|--------------------------------|---------------------------|
|  | MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR ANEXO VI | | |
| | DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DEADM | SERVIÇO DE LICITAÇÕES SELIC | LICITAÇÃO Nº ____/____ |

D E C L A R A Ç Ã O
(EM PAPEL TIMBRADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA)


(Razão Social).....inscrita no
CNPJ nº....., por seu representante legal, Sr(a)....., portador(a) da
Carteira de Identidade, RG nº.....CPF nº, DECLARA, para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Caso empregue menor na qualidade de aprendiz, marque com X.

() Salvo na qualidade de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

.....
(assinatura do representante legal do licitante)

| | | | |
|---|--|--|--|
|  | MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO ANEXO VII | | |
| | | | |

| | | | |
|--|--|--------------------------------|---------------------------|
| | DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DEADM | SERVIÇO DE LICITAÇÕES SELIC | LICITAÇÃO Nº ____/____ |
|--|--|--------------------------------|---------------------------|

D E C L A R A Ç Ã O
(EM PAPEL TIMBRADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA)

(Razão Social).....,
 inscrita no CNPJ/MF sob o nº.....,
 endereço....., vem, por seu representante legal,
 (*nome do representante*)....., CPF nº, com poderes expressos no ato
 constitutivo, declarar que é idônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal,
 Estadual, Municipal e Distrital, e que não sofre penalidade que a impeça de licitar e contratar com a
 Administração Pública em geral, nos termos do edital da licitação nº/....., sob pena de
 responsabilização administrativa e penal.

Rio de Janeiro, de de

.....
 (assinatura do representante legal do licitante)